

# A Dimensão Geopolítica da Crise Brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização<sup>1</sup>

Carlos Walter Porto-Gonçalves

## Introdução: alguns pressupostos teórico-políticos

Há uma dimensão geopolítica a ser devidamente considerada para compreender as transformações que estão em curso na América Latina, sobretudo pelos desafios que se colocam para os grupos/classes sociais em situação de subalternização. Nesse artigo, essa problemática será analisada a partir do significado da crise brasileira, sobretudo para os destinos da América Latina e de seus povos. O Brasil é o 4º país do mundo em extensão territorial contínua, o 5º em termos demográficos e o 8º PIB do mundo em 2015, era 5º em 2011). No continente americano o Brasil é o 2º maior país em extensão territorial contínua, atrás do Canadá, e o terceiro se considerarmos a área descontínua, pois o EEUU inclui o Alasca, o país 2º em termos demográficos e o 2º PIB. Esses dados implicam que o Brasil tem um peso próprio no cenário internacional, o que nem sempre é devidamente considerado mesmo nos debates acadêmicos, exceto nas áreas de estudos específicas. Ou seja, a importância geopolítica do país não ocupa o lugar que merece na sua agenda política. Essa desconsideração do significado geopolítico do país se expressa, entre outras coisas, pelo relativo desprezo com que setores políticos e intelectuais devotam à América Latina e a maior importância que os EEUU ocupam no debate das nossas relações internacionais. Tudo indica que esse cenário esteja com os dias contados em função da reconfiguração geográfica e política que está em curso no mundo sistema mundo que impõe definitivamente essa consideração às elites políticas e intelectuais, o que nos obriga a considerar mais seriamente nossas relações com a América Latina e o Caribe. Afinal, está em curso um deslocamento do centro geoeconômico do mundo que, desde 1492 se organizara em torno do Oceano Atlântico Norte, em direção ao Oceano Pacífico. O Brasil é um país do Atlântico e sem saída para o Pacífico, o que por si só nos impõe maior aproximação política, social e cultural com nossos

---

<sup>1</sup> Ensaio produzido como parte do Posdoc no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a supervisão do PhD. Luiz Fernando Scheibe.

vizinhos por suas implicações geopolíticas. Isso implica levar em consideração toda a dimensão geográfica implicada nessa questão e não continuarmos a ver o espaço olvidando da geografia, como costuma acontecer nas análises das ciências sociais, inclusive na ciência política, nas relações internacionais e na geopolítica. Afinal, o espaço geográfico tem espessura e não é somente uma base espacial. Entre o Brasil e a Ásia não há somente distâncias a serem superadas, mas múltiplas geografias a serem consideradas onde a territorialização de capitais sedentos de obter lucros nos novos mercados necessariamente se verá diante de grupos/classes sociais que nessas áreas estão territorializados, muitos em r-existência secular. Consideremos, ainda, que partilhamos como latino-americanos das vicissitudes que derivam da posição periférica no sistema mundo moderno-colonial, ainda que tendo condições territoriais – riquezas naturais, demográficas e econômicas - que impõem ao Brasil responsabilidades diferenciadas, a bem dizer, maiores responsabilidades. Isso implica levar devidamente em consideração os movimentos geopolíticos dos EEUU não só pelo papel histórico que esse país tem nos destinos da América Latina<sup>2</sup>, mas também porque sendo os EEUU uma grande ilha entre os oceanos Atlântico e Pacífico implica que continuará tendo um papel protagônico no cenário geopolítico mundial, não fora a potência militar e econômica que é.

Consideremos, ainda, nesse xadrez geopolítico que se abre a relevância que vem assumindo na região (1) a China, que já se constitui no país de maior investimento e principal parceiro comercial de toda a América, (2) mas também a emergência à cena política de grupos/classes sociais em situação de subalternização como os povos indígenas, camponeses, quilombolas e as populações das periferias urbanas onde as mulheres vêm se destacando. Registre-se que até mesmo o poder de designar a região/o continente entrou em debate nos últimos anos, com os povos/nacionalidades indígenas

---

<sup>2</sup> O México, entre 1845-1848, teve seu território amputado do Texas à Califórnia passando pelo Arizona e Novo México. A Colômbia viu seu território ser amputado por pressão dos EEUU, dando origem ao canal e a um novo país, o Panamá. O bloqueio de mais de 50 anos à Cuba dá mostras do *modus operandi* geopolítico imperialista dos EEUU. Para que se tenha uma ideia do significado dessa ação propriamente territorial basta lembrar que os EEUU promoveram uma reforma agrária em Porto Rico, desapropriando até mesmo a *Unit Fruit Co* por entender que o significado geopolítico do Caribe era mais importante que os interesses de uma determinada empresa cujas relações naquele país se fazia com base no latifúndio e em aliança com os latifundiários, o que ensejava continuada tensão social e, conseqüente instabilidade política. Registre-se que os EEUU fizeram o mesmo no Japão no pós-guerra, sobretudo depois que a luz vermelha se acendeu com a Revolução chinesa, em 1949.

propondo designar o continente como Abya Yala (Porto-Gonçalves, 2008) e, ainda, o fato de as periferias urbanas e suas populações virem sendo definidas como novo alvo das estratégias geopolíticas dos Estados, como diversos autores vêm chamando a atenção, entre eles Mike Davis (Davis, 2006) e Raul Zibechi (Zibechi, 2016).

Nesse artigo procuramos trazer ao debate as implicações que esse novo quadro geopolítico coloca para os grupos/classes sociais em situação de subalternização, o que quase sempre fica de fora das análises geopolíticas. Afinal, a análise geopolítica se coloca, em geral, numa escala geográfica e política que ignora a escala local ou, quando a considera, o faz na perspectiva da dominação e controle por parte dos grupos/classes sociais que operam à escala nacional e supranacional. Segundo G. Arrighi (Arrighi, 1994), o ordenamento do sistema geopolítico mundial está fundado em dois pilares, a saber: o pilar capitalista, que dá sustentação à acumulação de capital (D-D') e o pilar territorialista que, desde 1648, se conforma em torno do princípio de soberania territorial do Estado, e que dá sustentação ao controle do espaço (T-T'). Para os grupos/classes sociais em situação de subalternização, a dificuldade já se apresenta pelo fato dessas duas lógicas geopolíticas se conformarem justamente como lógicas de controle e dominação sobre eles e suas territorialidades/territórios.

Perry Anderson (Anderson, 1976)<sup>3</sup>, entre outros, já assinalara que as Monarquias Centralizadas e os Estados Absolutistas conformaram o Estado Territorial consagrado no Tratado de Vestefália (1648). Segundo ele, esses estados se forjaram como “Senhorios Centralizados” contra as revoltas camponesas que se generalizavam na Europa e que a forma geográfica de organização do poder fragmentada territorialmente nos feudos já não conseguia mais dar conta do controle social. Assim, a centralização do poder conformando uma nova escala de poder no estado territorial moderno se constituiu, na verdade, numa forma moderna de controle contra os grupos/classes sociais que, desse novo modo, passaram a ser subalternizados. Desde então, tudo que é local é desqualificado, com a cultura passando a ser vista como folclore e a língua como dialeto. Destaque-se, como o fizeram o geógrafo occitano-francês Robert Lafont (1971) e o sociólogo Pablo Gonzalez Casanova (Casanova, 2006), que o colonialismo interno conformou cada estado territorial, colonialidade essa que também

---

<sup>3</sup> O mesmo também pode ser verificado em Max Weber e Karl Marx.

conformou a ordem geopolítica mundial que, assim, está fundada em princípios coloniais em suas múltiplas escalas. Deste modo, temos uma ordem geopolítica que, em suas diversas escalas, se vê atravessada pelo colonialismo, ou melhor, pela colonialidade do poder para usar a expressão sugerida por Anibal Quijano (Quijano, 2000) e pela colonialidade do saber, conforme Edgardo Lander (Lander, 2000), que se sustenta na dominação de classe, étnico-racial, patriarcal e da natureza. Foram, sobretudo os homens, e não as mulheres, burgueses e gestores, brancos e *criollos* que protagonizaram a instituição dessa ordem mundial.

A distinção entre Burgueses e Gestores nos parece essencial para caracterizar lugares/posições de classe que nas relações sociais e de poder operam seja com a lógica privada do capital (a burguesia em sentido clássico) seja com a lógica espacial/territorial (os gestores). Considere-se que, tanto os burgueses quanto os gestores, dependem do excedente social que, numa ordem geopolítica mundial capitalista, se configura como mais valia sob suas diversas formas como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra (que inclui o minério) e impostos. Observemos que o Estado, através dos gestores territoriais, tem um papel fundamental na articulação com o capital, para lhes garantir a propriedade e a segurança de investimentos, mas também na apropriação e distribuição da renda da terra e tudo que a terra implica (água, solo, subsolo, diversidade biológica)<sup>4</sup>. Afinal, por princípio, o Estado é o proprietário eminente e é o ente que concede a propriedade efetiva, embora saibamos que essa ordem é instituída como ordem dos proprietários, ainda que tendo que absorver as contestações que lhes são impostas pelos grupos/classes sociais que resistem às suas imposições, segundo as circunstâncias das conjunturas políticas geograficamente desiguais. Não olvidemos o caráter contraditório da propriedade privada com toda a implicação social e política, pois, a propriedade privada priva e ao privar muitos de propriedade cria as condições jurídicas objetivas de conflitos.

O Estado, bem o sabemos, depende dos impostos que, como o própria nome indica – imposto - deriva da dominação, que bem pode ser se dar pela persuasão como pela força, o que põe no centro do debate a questão da

---

<sup>4</sup> E, cada vez mais, avança sobre outras qualidades da terra em sentido amplo, como vem fazendo com a financeirização/rentabilização do carbono instrumentalizando a crise ambiental reduzindo a complexidade climática a uma variável: os gases de efeito estufa.

hegemonia (Gramsci). O Estado ao estabelecer a propriedade privada sempre define um monopólio e, assim, garante ao proprietário uma renda absoluta com o controle do acesso a um bem natural e a apropriação do excedente social. O Estado, na tradição liberal, como proprietário eminente ao mesmo tempo em que se apoia na propriedade privada age em nome do interesse geral o que exige que a hegemonia esteja bem concertada até porque muitas são as contradições que atravessam as sociedades, não só as contradições de grupos/classes sociais como as que derivam das tensões com etnias/povos/nacionalidades. Nos países/sociedades cuja dinâmica econômica está condicionada pela posição periférica no sistema mundo capitalista moderno-colonial, a dependência de exportação de algumas poucas matérias primas agrícolas e minerais, os Estados se vêm com frequência instados ao monopólio da exploração, sobretudo de minérios ou petróleo e gás, ou a flexibilizar seu papel em proveito das grandes corporações. Enfim, o Estado se vê pressionado no jogo da produção/apropriação do excedente social que sabemos é fruto da correlação de forças, ou se se preferir, das lutas sociais e de classes. Assim, o Estado como órgão separado da sociedade participa da constituição da ordem geopolítica, mesmo que operando com um sentido redistributivo ou com um sentido liberal. Atentemos, pois, que mesmo operando com um sentido redistributivo, o Estado participa das relações de poder de extração, apropriação/distribuição do excedente social e, portanto, das assimetrias que atravessam as relações sociais e de poder. Eis o dilema em que se encontram muitos governos que se apresentam como protagonistas de outra ordem social e política como, por exemplo, os que se formaram na América Latina na década de 2000 se apresentando como pós-neoliberais, o que indica que não eram pós-capitalistas. Sublinhemos, para garantir o rigor analítico necessário, que a “racionalidade dos gestores” que se legitima em nome do interesse geral acima indicada, invoca o interesse nacional onde a expressão nacional esconde dentro de si conflitos de gênero, étnico-raciais e sociais relevantes, enfim, a colonialidade própria que constitui cada Estado Nacional que Pablo Gonzalez Casanova designou “colonialismo interno”.

As análises geopolíticas sobrevalorizaram os dois principais protagonistas do sistema mundo capitalista moderno-colonial – os Gestores e o Capital, sobretudo os Grandes Monopólios Capitalistas Transnacionais – e, com isso, (1) sobrevalorizaram as escalas nacional e global e (2) invisibilizaram os grupos/classes sociais que operam desde a escala local, onde se dão as

resistências/rebeldias/revoltas e se forjam outros horizontes de sentido emancipatórios. Nas análises geopolíticas, o espaço (e seus recursos) é mais importante que a sociedade em suas relações contraditórias de poder e, assim, prepondera a perspectiva gestorial que, desse modo, se mostra funcional com os interesses capitalistas, pois a dinâmica espacial dilui a compreensão das contradições sociais e de poder. Nessas análises, é o controle do espaço, e dos recursos sendo disputados pelos gestores estatais contra ou em aliança com o capital e, deste modo, invisibilizam/inviabilizam os grupos/classes sociais em situação de subalternização e suas alternativas de gestão/controle territoriais. Talvez aqui resida o grande imbróglio teórico-político entre a Gestão (e os Gestores) e a questão da autonomia e da autogestão dos grupos classes sociais que lutam para preservar os conquistar o controle/gestão-autogestão sobre os meios de vida que, na sua essência, questionam as relações sociais e de poder heterônomas que constituem, em suas diversas escalas, o sistema mundo capitalista moderno-colonial que nos habita<sup>5</sup>. Há uma tradição nas lutas revolucionárias em que estes termos aparecem ora como Comuna, como em Paris, em 1871, ora como Conselhos, como na Hungria e na Alemanha, ora como *ejidos* na Revolução Mexicana de 1910, ora como *soviets* na Rússia e, mais recentemente, vêm sendo sugeridos nas lutas em curso na América Latina, como no debate em torno da plurinacionalidade que os povos/etnias/nacionalidades indígenas (campesíndias, indigenatos) conseguiram inscrever nas Cartas Magnas do Equador e da Bolívia, sendo que, na Bolívia, a questão foi o Estado Plurinacional se proclamou como Estado Plurinacional *Comunitário*. O mesmo também pode ver visto no caso da luta protagonizada pelos zapatistas mexicanos pelo reconhecimento dos direitos coletivos e comunitários dos povos/nacionalidades indígenas através dos Acordos de San Andres, no Brasil, na invenção dos seringueiros das “reservas extrativistas” e, na Colômbia, como nas lutas camponesas pelas Reservas Camponesas. Como se vê, há novos horizontes teórico-políticos sendo colocados desde outras perspectivas, desde outros lugares de enunciação no sentido pleno do conceito de lugar, inclusive em sua

---

<sup>5</sup> Afinal, autonomia, em grego, indica se dar as próprias (auto) regras (nomos) e, no caso da autogestão, é importante notar que o próprio termo explicita a contradição entre o caráter de se dar as próprias regras (auto) diretamente com a ideia de gestão tão cara aos gestores. Assim, o debate parece ser menos entre ideologias como comunistas e anarquistas o fazem, e mais como luta de classes, no caso entre Gestores e os grupos/classes sociais em situação de subalternização em suas lutas emancipatórias em busca de autonomia

geograficidade (Porto-Gonçalves, Clacso) e não só no sentido discursivo e/ou social com que se invoca o lugar de enunciação<sup>6</sup>.

### Um Novo Quadro Geopolítico Pós-queda do Muro de Berlin

Desde a queda do muro de Berlin, em 1989, que uma nova geografia política vem se desenhando. Os EEUU bem que buscou afirmar uma perspectiva unilateralista, o que já nos inícios dos anos 1990 se mostrou problemática com a primeira invasão do Iraque (1991). Ao longo da década de 1990, e com mais clareza ainda no início dos anos 2000, os efeitos da aliança antissoviética dos EEUU com a China (1971-1972) se mostrariam com a China reassumindo sua condição de protagonista na geopolítica mundial. Talvez não estivesse no horizonte dos estrategistas estadunidenses o grande salto no desenvolvimento das forças produtivas dado pela China, em grande parte tornada possível com a aproximação entre os dois estados desde a famosa visita de R. Nixon à China, em 1972.

Na verdade, não estava no horizonte dos estrategistas estadunidenses que os gestores do Partido Comunista chinês seriam capazes de fazer, tanto por sua capacidade gestorial de planejamento territorial interno, como nas suas estratégias geopolíticas regionais/continentais e globais.

---

<sup>6</sup> A ideia de lugar de enunciação tende, nas ciências sociais, a sobrevalorizar o lugar na estrutura social e de poder e a olvidar a situação/posição geográfica do lugar. Afinal, vivemos num sistema mundo capitalista moderno-colonial que se estrutura através de relações sociais e de poder configuradas de modo centro-periférico em distintas escalas, que vão da escala local à regional, à nacional, à regional-continental e à escala global/mundial não necessariamente de modo sucessivo e ascensional. A expressão centro-periferia não deve ser vista somente como uma metáfora espacial que indica uma assimetria nas relações sociais e de poder, mas também em sua geograficidade onde além dessa dimensão entram as dimensões simbólicas e materiais que soem caminhar mais juntas do que admitem explicitamente as análises geopolíticas. Afinal, a própria designação de América e de África, por exemplo, já trazem consigo uma posição inferiorizada/desqualificada dessas regiões/continentes como se pode facilmente verificar com o que pensavam sobre elas os “grandes pensadores” como Kant ou Hegel.

## A Aliança Antissoviética EEUU-China



R. Nixon aperta a mão de Mao Tsé Tung, em 1972.

São grandes os efeitos desse novo quadro geopolítico não só na geografia do continente americano, mas de todo o mundo. Pela primeira vez, desde 1492, que o Atlântico Norte passaria a deixar de ser o centro dinâmico da geografia econômica mundial, o que por si só indica novas condições de possibilidades geopolíticas. Os portos estadunidenses do Pacífico, por exemplo, já superaram o volume de negócios dos portos do Atlântico. As grandes corporações estadunidenses e europeias buscam novas oportunidades trazidas pelos “negócios da China” trasladando suas plantas industriais. O que também não estava no horizonte dos estrategistas estadunidenses era a resistência ativa das populações das periferias urbanas e dos camponeses, indígenas e quilombolas/*pallenqueros* da América Latina contra as políticas neoliberais que avançaram no continente a partir do Consenso de Washington, como se viu desde o Caracazzo de 27 de fevereiro de 1989, as grandes marchas pela Vida, pela Dignidade e pelo Território da Bolívia e do Equador de 1990, com o Levante Zapatista de 1º de janeiro de 1994, entre outras manifestações que contribuíram para deslegitimar aquelas políticas.

Há uma interessante coincidência a ser devidamente considerada entre a queda do muro de Berlin e da derrocada da URSS, em 1989-1990, e o protagonismo dos movimentos sociais na América Latina, em que novas/antigas formações étnicas e sociais emergem à cena política, como os camponeses, os povos indígenas e as populações negras que também predominam entre as populações das periferias urbanas que, diga-se de passagem, aumentaram de modo significativo com o avanço do



*agrobusiness* patrocinado pelos governos neoliberais que, inclusive, fizeram regressar conquistas de governos nacionalistas populares que haviam feito reformas agrárias nos anos 1960/1970. No caso das populações urbanas que se mobilizam cabe não só registrar o que o ativista sindical argentino Vitor de Genaro declarara ao dizer que “nossa nova fábrica é o bairro”, como também o protagonismo das mulheres nas periferias urbanas indicando que o proletariado não pode prescindir daquelas que cuidam da prole para superar as condições de opressão/exploração<sup>7</sup>.

Os anos 1990 foram de grande mobilização de povos/etnias/nacionalidades e das populações das periferias urbanas, mesmo num momento de crise que abalou as esquerdas tradicionais o que, talvez, nos ajude a entender a emergência de identidades que até então estavam fora do léxico das práticas políticas tradicionais, como bem é o caso das identidades indígenas e das populações negras em seus *pallenques* e quilombos reivindicando seus territórios/suas territorialidades e não mais simplesmente terra (Porto-Gonçalves, 2001).

São esses movimentos de r-existência (Porto-Gonçalves, idem) que tornarão possíveis outros governos que passam a assumir a gestão do estado posto em crise não só pelas contradições internas próprias do modelo de regulação neoliberal, mas pela ação/manifestação desses movimentos, sobretudo depois da eleição e posse de Hugo Chávez Frías (1988-1989). E, com esses novos governos, a questão da gestão/dos gestores se mostrará mais claramente pelas condições de possibilidade que se apresentam com a presença protagônica da China e com o deslocamento do polo geográfico do capital industrial para a Ásia sob a hegemonia do capital financeiro. Uma espécie de segunda guerra fria<sup>8</sup> se configura em que os gestores estatais de alguns países latino-americanos passarão a ter um papel de destaque, particularmente no Brasil, na Venezuela e no Equador que ensejarão o que alguns autores chamarão de “giro à esquerda” (J. L. Fiori) em que se

---

<sup>7</sup> Não deixemos escapar que cuidar da prole indica, na sociedade capitalista, cuidar da reprodução da força de trabalho assalariada, enfim do proletariado. Assim, a luta da mulher, como tal, se mostra indissociável das lutas de classes e não pode ser reduzida a essas, como um certo marxismo (machismo) quer fazer crer.

<sup>8</sup> Para os zapatistas, a Quarta Guerra Mundial, sendo que, para eles, a Guerra Fria foi a terceira Guerra Mundial.

destacam ainda a Bolívia, o Uruguai, o Paraguai (até o golpe de estado contra F. Lugo), a Nicarágua e El Salvador.

Uma perspectiva geopolítica vista a partir da atual crise brasileira

No atual momento de crise que vive a América Latina/Abya Yala, o Brasil oferece uma perspectiva importante por todo o significado que o Estado e os capitais brasileiros têm no atual contexto de reconfiguração geográfica do capitalismo mundial para os destinos da região, sobretudo para os destinos dos grupos/classes sociais em situação de subalternização. Talvez hoje de modo mais explícito que em qualquer outra época histórica, os grupos/classes sociais hegemônicos brasileiros tradicionalmente integrados ao imperialismo estadunidense venham manifestando essa vinculação geopolítica, como se vê por intelectuais que se expressam amplamente na grande mídia e recentemente pode ser vista nas grandes manifestações de rua convocadas contra a Presidente Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores. A recente nomeação do Senador José Serra do PSDB para o Ministério das Relações Exteriores feita pelas forças políticas que afastaram a Presidente Dilma Rousseff do PT é, nesse sentido, emblemática. Afinal, o Sr. José Serra e o sociólogo FHC, foram protagonistas, nos anos 1970, de um debate interno à teoria de dependência quando se colocaram contra a vertente marxista representada por Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra (Ouriques, 2015). Portanto, a nomeação de José Serra com o apoio de FHC, nos indica que não estamos diante de um debate meramente conjuntural, como alguns podem pensar, mas de distintas linhas políticas do estado brasileiro no cenário geopolítico regional e mundial. Reforça essa tese o fato de, recentemente, tanto à direita como à esquerda do espectro ideológico, a figura de Simón Bolívar vir sendo invocada, o que não deixa de ser uma novidade, pelo menos no debate interno à sociedade brasileira onde, ao contrário dos demais países latino-americanos, esse recorte bolivariano não tem maior tradição.

O fato de se invocar o “bolivarianismo” revela as novas condições de possibilidade que os anos 1990 colocam para a afirmação dos gestores estatais nacionalistas, sobretudo depois da ascensão da China à condição de destaque no cenário geopolítico mundial. Sabemos que a figura de Simon Bolívar goza de forte tradição na Venezuela por seu antiamericanismo histórico e, recentemente, setores da esquerda vêm assimilando esse

antiamericanismo bolivariano como uma possibilidade para afirmar uma perspectiva política que acreditam anti-imperialista, muito embora o sentido de imperialismo seja distinto entre marxistas e bolivarianos<sup>9</sup>. Para Lênin, o imperialismo era a etapa superior do capitalismo e, também, sua fase terminal, o que não faz parte da tradição bolivariana.

Os estrategistas estadunidenses, por seu turno, historicamente têm uma crítica dura ao bolivarianismo desde que Simon Bolívar explicitou sua posição contra a Doutrina Monroe (1823) e à sua pretensão hegemônica de uma “América para os americanos”. Embora não sendo tradição no debate político interno brasileiro reivindicar o bolivarianismo, o fato é que alguns intelectuais com forte influência nos meios de comunicação vêm fazendo recentemente uso dessa expressão e não raro ouvimos discursos contra a ditadura chavista e bolivariana e críticas à política externa recentemente posta em prática no país, sobretudo pós-2003 com a posse de Lula da Silva. Desde então, se pôs em curso uma política que retomava o projeto de um Brasil Potência em torno dos BRICS, de uma integração Sul-Sul com ênfase na integração latino-americana com a UNASUL – União das Nações Sul Americanas - e na CELAC - Comunidade de Estados Latino-americanas e Caribenhos, com o COSIPLAN/IIRSA, entre outras iniciativas, que também incluem maior aproximação com a África.

De certa forma, os intelectuais e a grande mídia que vêm fazendo a crítica a essa política ao adotarem o bolivarianismo como tema revelam como o novo contexto geopolítico global parece ensejar o novo quadro em que o nacionalismo dos gestores estatais passa a ter condições políticas e materiais para se afirmarem com a ascensão da China e o deslocamento para o Pacífico do centro geográfico da produção industrial mundial. De certa forma, esses intelectuais assimilaram e trouxeram para o debate interno brasileiro atual, o conflito histórico que atravessa o continente desde 1823, com a Doutrina Monroe, e 1826, com a denúncia de Simon Bolívar no

---

<sup>9</sup> Registre-se, que a tradição marxista não tem tradição de aproximação com a figura de Simón Bolívar que, hoje, reivindica. Embora a figura de Simon Bolívar tenha se comprometido com os revolucionários haitianos de libertar os escravos negros sua luta não fora bem-sucedida junto aos setores oligárquicos que o impediram de cumprir aquele seu compromisso. É interessante perceber que a tradição dos pensadores de esquerda não devota maior apreço a José Artigas (1764-1850) que explicitamente colocara a questão da libertação dos negros e indígenas e de se fazer a reforma agrária desde os primeiros momentos da independência.

Congresso Anfictiônico realizado no Panamá<sup>10</sup>. Na verdade, pode-se dizer que esse conflito se inicia quando os EEUU se colocam contra a independência da Haiti e, em vez de tomar uma posição continental americana, apoia a França contra os “jacobinos negros” (James, 2000 [1938]).

Essa clivagem histórica com/contra os EEUU é atualizada pela “revolução bolivariana” posta em curso na Venezuela desde a posse de Hugo Chávez Frías, em 1999. Na verdade, o que Luiz Inácio Lula da Silva retomava, em 2003, era o projeto geopolítico estratégico que, pelo menos desde os anos 1930, vem sendo formulado entre intelectuais do campo diplomático e militar no Brasil. Àquela época, vários estrategistas justificavam uma aproximação com a Alemanha não tanto por afinidade ideológica com o nazifascismo, como se acostuma atribuir, mas por razões geoestratégicas e num momento em que a hegemonia da Inglaterra começava a ser deslocada para os Estados Unidos. Afinal, para alguns estrategistas militares e diplomatas brasileiros a Alemanha, por seu potencial científico-tecnológico, poderia oferecer ao Brasil condições para que as Forças Armadas pudessem exercer sua função constitucional mais legítima, qual seja, garantir a integridade territorial do Estado. Como é sabido, entre os intelectuais do campo militar a extensão territorial do país e a sua relativa baixa densidade demográfica exigem, do ponto de vista estratégico, uma inteligência que dependeria do desenvolvimento científico e tecnológico para que possam cumprir os “objetivos nacionais permanentes”. Não sem razão, os militares não só foram protagonistas na luta “O Petróleo é Nosso” que levou à criação da Petrobrás, como na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq -, em 1952. E, nesse caso, o fizeram acompanhando o novo estado da arte no que diz respeito às condições de possibilidade para o exercício da soberania dos países no pós-Hiroshima, isto é, avaliaram que nenhum país no mundo pode exercer sua soberania sem o acesso à tecnologia nuclear e seus subprodutos atômicos no pós-guerra. E, por isso, o desenvolvimento científico e tecnológico deveria ser estimulado com o CNPq. E é essa mesma razão que nos ajuda a entender porque o General Ernesto Geisel, presidente numa ditadura militar (1964-1985) que prendia comunistas e em plena guerra fria, tenha rompido unilateralmente, em 1976, o acordo militar Brasil-EEUU e, de imediato, tenha estabelecido

---

<sup>10</sup> Considere-se que uma visão crítica se delineara na Carta da Jamaica escrita por Simon Bolívar, em 1815, e que se constitui na primeira análise de conjunto do continente.

um acordo nuclear com a Alemanha para construir o complexo nuclear de Angra dos Reis. Houve, por parte dos estrategistas brasileiros à época, uma avaliação de que a demora dos estadunidenses de proporcionar informações sobre a tecnologia nuclear, como estabelecia o tratado militar entre os dois países, não era um acidente, mas parte de uma estratégia de retardar o acesso do Brasil a essas informações. Relembremos que o Itamarati, muito embora fosse signatário de origem do Tratado de Tlatelolco (1967) que proíbe a presença de armas nucleares na América Latina e no Caribe, se recusara a firmar o TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares – de 1968. Este tratado seria assinado, mais tarde, em 1998, por FHC, que, assim, se rendia às potências que já tinham armas nucleares. Logo depois, o mesmo FHC romperia o acordo militar Brasil-Iraque que se desenvolvera à sombra do acordo nuclear Brasil-Alemanha, que conformara um tripé de colaboração tecnológica nuclear entre Brasil, Alemanha e Iraque.

Como se viu, nos anos 1970, fora retomada uma política externa que procura se desvincular de uma dependência geopolítica dos EEUU o que nos mostra que há uma tensão/disputa interna ao campo da formulação das políticas estratégicas: de um lado, uma posição que, embora não seja antiamericana, reconhece que há uma tensão geopolítica com os EEUU como se pode ver com a denúncia do acordo militar com esse país (1976) e com a aproximação com o Iraque e com a Alemanha e, de outro lado, uma posição pró-estadunidense, como se viu no governo FHC com o rompimento do acordo militar com o Iraque e na assinatura do TNP por parte de FHC<sup>11</sup>. Todavia, essa tensão permanecerá entre os estrategistas militares e diplomatas brasileiros como se mostrará quando o próprio FHC se recusara a coonestar o golpe de estado contra Hugo Chávez Frías, em 2002, golpe esse que fora apoiado pelos EEUU, como se viu em manifestações de autoridades estadunidenses em prol do golpe. Registre-se que, desde os inícios dos anos 2000, que os EEUU redesenham sua estratégia militar para as Américas, logo depois da devolução do canal de Panamá aos panamenhos, quando buscam compensar essa perda aumentando sua presença na região andino-amazônica através do Plano Colômbia, a pretexto de combater o narcotráfico<sup>12</sup>. Ainda no final do ano de 2002, FHC já em final de mandato e

---

<sup>11</sup> É claro que essas posições não são antagônicas. Podem se aproximar quando, eventualmente, identificam um inimigo comum que bem pode ser a “república sindicalista” ou “perigo comunista”, como parece ter sido o caso no golpe militar de 1964.

<sup>12</sup> Nesse caso, parece que a defesa da soberania nacional estaria sendo ameaçada pela presença estadunidense nas cercanias da Amazônia. Diga-se, de passagem, que desde os anos 1980, entre

já derrotado nas urnas, age de modo ativo em apoio a Hugo Chávez Frías enviando um navio-tanque com gasolina para abastecer Caracas num momento em que os grupos empresariais daquele país, com o apoio dos EEUU, faziam um blecaute com sonegação de combustível paralisando a capital do país com o claro objetivo de gerar uma comoção popular contra o governo democraticamente eleito no país vizinho. Consideremos, ainda, (1) que a Venezuela é o maior país exportador de petróleo para os EEUU e que continuou a sê-lo mesmo nos sucessivos governos bolivarianos sob a liderança do chavismo e (2) que o protagonismo desse país à frente da OPEP conseguiu colocar os preços do barril de petróleo na faixa de US\$ 100.

A Venezuela viria se tornar, ao longo dos anos 2000, o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da América Latina superando, inclusive, a Argentina e o México, países com economias mais fortes do que a da pátria de Bolívar. Para os grupos/classes sociais que mantêm a tradição antiamericana na Venezuela, o Brasil é um parceiro privilegiado em sua busca de superação da influência estadunidense e, assim, se fortalecem os laços entre os dois países desde os anos 2000. Registremos que FHC e Hugo Chávez Frías já haviam inaugurado o “tendido eléctrico” que transmite energia da maior hidrelétrica venezuelana, El Guri, no rio Orenoco, até Boa Vista, em Roraima. Portanto, a aproximação Brasil-Venezuela parece escapar do reducionismo ideológico com que o tema das relações internacionais vem sendo tratado, sobretudo na atual crise. E mostra que há uma disputa sobre os diferentes caminhos da política externa brasileira, para além do maniqueísmo ideológico da guerra fria que continua sendo acionado à direita e à esquerda.

#### O Fator China e as Novas Tensões Territoriais em Curso

Desde 1974 o Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Popular da China, logo depois de Nixon-Kissinger visitar a China e estabelecer uma aliança antissoviética. Em 1988, Brasil e China firmam o Programa Espacial Sino-Brasileiro, “uma iniciativa pioneira e sem paralelo, tanto na cooperação Sul-Sul, como Norte-Sul. A parceria para o desenvolvimento e lançamento dos satélites CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*) permitiu ao Brasil entrar para o seleto grupo de países detentores da tecnologia de geração de dados primários de sensoriamento remoto

---

os estrategistas brasileiros, a “hipótese de guerra” que se coloca no horizonte não é mais a Argentina, mas a ameaça que paira sobre a Amazônia, a nova “hipótese de guerra”.

terrestre, possibilitando uma ferramenta estratégica para monitorar seu vasto território” (Moreno, 2015: 48).

Desde então, os dois países têm assumido posições identificadas com o multilateralismo e, nesse sentido, o Brasil se apresenta com posições que não se alinham automaticamente com os EEUU que, desde a queda da URSS, vem assumindo uma política cada vez mais unilateral. A Venezuela, assim como o Brasil, estreitará suas relações com a China e por seu bolivarianismo histórico verá nisso uma oportunidade de afirmar seu antiamericanismo. O fator China, nesse sentido, virá contribuir para a afirmação e atualização do bolivarianismo e, como não poderia deixar de ser, de sua face anti-bolivariana.

Em suma, vimos que já em finais da década de 1990 havia uma aproximação do Brasil com a Venezuela, quando FHC inaugurara junto com Hugo Chávez Frías a linha de transmissão entre El Guri e Boa Vista. No ano 2000, o mesmo FHC propõe um grande projeto de integração física da América do Sul, a IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana – e, observe-se, não é a América Latina que está sendo invocada, mas sim América do Sul. Sabemos que a expressão América Latina tem um forte componente de antagonismo com a América Anglo-saxônica, com/contra os EEUU em particular, pelo menos entre alguns setores das elites *criollas*. Observemos, de passagem, que a IIRSA é proposta no mesmo momento em que o Presidente neoliberal mexicano Vicente Fox propõe outro grande projeto de integração física chamado à época PPP - *Plan Puebla-Panamá*, na América Central, com os mesmos pressupostos teórico-políticos da IIRSA. E, destaquemos, os dois projetos contavam com o apoio de instituições multilaterais como o BID e o BIRD. Na verdade, esses projetos de integração física nos remetem ao que o geógrafo Milton Santos<sup>13</sup> houvera chamado de “sistema de objetos” (estradas, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas, pontes) que complementava o “sistema de normas” que, no caso, vinha sendo proposto como ALCA – Aliança de Livre Comércio das Américas. Através da ALCA o que se objetivava era o interamericanismo que, na diplomacia estadunidense, se configura como uma ideia-chave que não faz distinções de América, seja do Norte, Central ou do Sul e, menos ainda, entre América Anglo-Saxônica e a América Latina, distinção ainda mais

---

<sup>13</sup> Para Milton Santos, o espaço geográfico é um híbrido constituído por um “sistema de objeto” e um “sistema de ações”. No caso em questão, a IIRSA e a ALCA.

acentuada por intelectuais antiamericanos históricos, como José Martí e a *Nuestra América*.

Com a eleição (1998) e posse (1999) de Hugo Chávez Frías, o projeto da ALCA começa a ser questionado até ser abandonado, em 2005, já com o apoio do Brasil de Lula da Silva que adotara o projeto diplomático-militar de não alinhamento automático com os EEUU que, como vimos, já vem se delineando desde os anos 1930. E, mais, desde 2003 essa política ganha apoio financeiro pesado, via BNDES, quando Lula da Silva assina um decreto que permite que esse grande banco de fomento empreste capital para empresas brasileiras fora do Brasil, o que não era permitido desde sua fundação em 1952. E o BNDES, registre-se, é o maior banco de fomento do mundo fora da China, com cerca de US\$ 100 bilhões para investimentos anuais. Enfim, pela primeira vez pode-se dizer que as condições materiais de possibilidade de uma política de não alinhamento automático com o EEUU começara a se desenhar concretamente para o que a China e o Brasil tiveram um papel decisivo nesse sentido. Afinal, sem esse peso geopolítico do Brasil e da China, o bolivarianismo propriamente venezuelano não passaria, mais uma vez, de mera retórica.

A geografia, nessa nova quadra de reorganização espacial do capitalismo, falará ainda mais alto para a América, sobretudo para sua sub-região da América Sul. Afinal, o Brasil, o país com maior extensão geográfica, maior população e maior economia da América depois dos EEUU, é um país que sempre esteve voltado para o Atlântico e, agora, se vê instado a uma grande manobra geopolítica, ao ter que se voltar para o Oceano Pacífico e para a Ásia. A envergadura de capitais necessários para isso implica obrigatoriamente um protagonismo além do capital privado, ainda que o faça em aliança com o capital. Afinal, não é só o capital que opera como agente geopolítico, mas sobretudo o Estado que detém a prerrogativa de ordenador territorial que, no fundo, é quem pode apresentar razões de interesse geral, *raisons d'État*, ou de interesse nacional, ou o que mais o valha. Nenhum capital isoladamente pode, enquanto tal, fazer essa função, a não ser quando algum Estado lhe empreste essa função. E com essa manobra geopolítica com vistas a integrar-se aos mercados asiáticos, a China se apresentou como um parceiro ideal para afirmar o novo bloco político que se forjara em torno de governos que se apresentaram como pós-neoliberais que, não olvidemos, se tornaram possíveis em função das grandes mobilizações contra o neoliberalismo ao longo da década de 1990,



período em que as esquerdas tradicionais perderam muito de seu protagonismo.

Assim, as estruturas físicas de integração que foram propostas com a IIRSA para viabilizar a ALCA acabaram por servir a uma integração física do subcontinente com o novo centro industrial do mundo capitalista que se desloca para a China. E o crescimento exponencial da China, de mais de dois dígitos durante mais de duas décadas, garantiria a demanda de *commodities* de grãos, carnes, madeiras, minérios, petróleo e gás que alavancaria a acumulação de capitais sobretudo dos grandes capitais que, por sua magnitude, podiam se apresentar para operar nessa escala geográfica globalizada e atender aos volumes demandados pela China. Portanto, a abertura de novas condições logísticas nos *fronts* de expansão/invasão de capitais (estradas, portos, aeroportos, hidrelétricas, concessões de áreas do subsolo para explorar minérios, gás e petróleo) não beneficiaria igualmente os diversos capitais, nem tampouco os diferentes grupos/classes sociais, menos ainda aqueles em situação de subalternização. Assim, a expansão geográfica do capital tende a fortalecer a concentração e a centralização de capital e, desde modo, amplia a injustiça e a concentração de poder que a sustenta. E, nessas frentes, ou melhor, nesses verdadeiros *fronts*<sup>14</sup> de expansão do processo civilizatório comandados pelos gestores e pelos capitalistas, muita barbárie.

Para isso, não faltaram ideólogos para justificar e fundamentar políticas de ajuste aos novos ditames geopolíticos como se pode notar na declaração do Secretário da UNASUL, o venezuelano Alí Rodríguez Araque, em 2012, explicitando e atualizando a continuidade histórica dessa função colonial de nosso continente:

Eu não tenho dúvida em afirmar que, precisamente, se a maior fortaleza de que dispomos, é essa gigantesca reserva de recursos naturais, essa é a fortaleza que devemos aproveitar para combater a pobreza, para gerar emprego que, por sua vez, expande o mercado interno, que cria o primeiro passo para combater a pobreza que gera, em consequência, um conjunto de

---

<sup>14</sup> *Front* é o conceito militar que designa um espaço em disputa. Resolvida a disputa, o *front* se transforma em fronteira, e geralmente se escolhe um rio ou outro acidente geográfico natural para apagar o caráter político-militar do *front*, como se a fronteira fosse natural. Ou então, se recorre às matemáticas da cartografia com as suas latitudes e longitudes para emprestar cientificidade e neutralidade ao que não é fruto nem da ciência, nem da neutralidade, mas sim da política.

resultados positivos para toda a região. Então, se trata de traçar uma estratégia que tenha como grande objetivo o óptimo aproveitamento desses recursos naturais, com vários objetivos. Desde logo está a necessidade de obter renda para os estados, e para isso inclusive, é necessário tomar em conta outro fator, todo recurso natural está alojado na terra, e ao estar na terra sua exploração comporta ocupação territorial, e isso leva a colocar o problema da soberania<sup>15</sup>.

Assim, a China viria tornar-se, já em 2009, o principal parceiro comercial da América Latina. A estratégia política que vem sendo desencadeada pelo Estado chinês, sob coordenação do Partido Comunista, busca garantir o suprimento de alimentos e matérias primas para o parque industrial do capital transnacionalizado que opera na China. Enfim, uma aliança inimaginável para os paradigmas analíticos convencionais se forja entre (1) as grandes corporações capitalistas industriais e financeiras mundiais, (2) os gestores do partido comunista chinês, (3) o capital financeiro brasileiro com grande participação dos fundos de pensão brasileiros<sup>16</sup>, (4) as grandes oligarquias latifundiárias moderno-coloniais brasileiras e (5) setores dos gestores militares e diplomatas de carreira no Estado brasileiro. Os estrategistas das grandes corporações brasileiras explicitam essa aliança e antagonismo só aparente de sua ação em relação à política externas estadunidense. É o que se lê nessa análise de um dos intelectuais ligados à construtora Andrade Gutiérrez.

En cierto sentido, se podría decir que en su discurso básico, el gobierno Lula retomó, aparentemente todavía con más énfasis, parte de la visión regional del gobierno Fernando Henrique Cardoso, a cuya iniciativa se debe la realización de la primera cumbre de los países de América del Sur. (...) A pesar de eventuales diferencias de medios y estilos, hay, pues, una cierta continuidad en el sentido del establecimiento, en el continente, de un nuevo regionalismo, el “suramericanismo”, distinto tanto de la noción monroista de panamericanismo cuanto del “latinoamericanismo” tradicional de remota inspiración bolivariana. Este nuevo regionalismo definiría mejor los tipos de actuación adecuados a cada región pero no excluiría, más bien reforzaría, los lazos con otros países de América”. (...) “La orientación actual trataría de, sin choques o conflictos con la “hiperpotencia” septentrional, superar el panamericanismo absorbente, que tendría, por la dinámica de fuerzas en

---

<sup>15</sup><http://www.unasursg.org/uploads/77/cd/77cd2a99a9fd1432bc75b0070fb43b08/Discurso-Ali-Rodriguez-Posesion-Secretaria-General.pdf>. Acesso feito em 12/02/2014.

<sup>16</sup> Os maiores fundos de pensão brasileiros vêm sendo dirigidos por sindicalistas ligados à CUT e ao PT.

acción, a llevar de manera más o menos formal todos los países del continente a la órbita de Washington. Por otro lado, según nuestro actual Ministro de las Relaciones Exteriores Celso Amorim, habría la intención de desarrollar con Estados Unidos una relación madura, de carácter más estratégica, en la cual nuestro país sería considerado como “socio indispensable para la estabilidad de América del Sur e incluso de África. (Andrade Gutierrez - Documento “*América del Sur: el desafío de la infraestructura*”. Revista DEP – Diplomacia, Estrategia y Política, 2007: 252).

Tudo parece indicar que o conceito de imperialismo necessita ser atualizado e talvez esteja na hora de levar a sério a advertência feita por Atilio Borón de fazer uma leitura ativa de Lênin e sua teoria sobre o tema. Rui Mauro Marini colocara para o debate o conceito de subimperialismo para entender a posição de “cooperação antagônica” do Brasil com os EEUU. Hoje, esse subimperialismo adquire sentido prático pela ação de resistência de vários grupos/classes sociais em situação de subalternização contra a presença de empresas brasileiras que operam na construção de estradas, de hidrelétricas, de portos e aeroportos ou através da exploração mineral e agrícola com o *agribusiness* em vários países da América do Sul. Um brado novo se ouve nas terras baixas da Bolívia, no conflito do TIPNIS; em Madre de Dios, no Peru; ou na Colômbia, na Venezuela, na Argentina ou no Equador, e não é mais somente o brado de “*yankees, go home*”, mas também contra empresas brasileiras e chinesas, além das tradicionais estadunidenses, canadenses, inglesas, espanholas e australianas. E, mais, os grupos/classes sociais que bradam essas consignas contra empresas brasileiras são as mesmas forças que o fazem em Belo Monte, no Pará, ou em Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, na fronteira com a Bolívia, ou no Porto do Açu, no Rio de Janeiro, ou contra a Vale do Rio Doce/Samarco/BH Billiton em Mariana, em Minas Gerais.

Deste modo, com o aval do Estado governado por forças políticas que se apresentam como pós-neoliberais e do PC chinês, as estradas, os portos, aeroportos, as ferrovias e as hidrovias passam a abrir os caminhos para o trânsito de grãos, carnes, madeiras, minerais, petróleo e gás cuja produção aumenta pela maior oferta de energia com grandes hidrelétricas, sobretudo na Amazônia. A legislação de acesso à terra e ao subsolo, foram adequadas aos grandes capitais do agronegócio (Friboi, Sadia, Cargill, Bunge, etc.), das grandes empresas de engenharia e construção civil (Odebrecht, OAS, Camargo Correa) construindo portos, pontes, aeroportos, estradas e hidrovias e para as empresas mineradoras e de petróleo (Vale, Petrobrás,

etc.) contra os interesses dos camponeses, quilombolas e indígenas com generalizada regressão da legislação ambiental e dos direitos dos quilombolas e indígenas como se vê no desprezo pelo Convênio 169 da OIT, talvez a última grande conquista de direitos à escala mundial de grupos/classes sociais em situação de subalternização, ainda antes da regressão de direitos que promoveria o neoliberalismo pós 1989.

Os volumes e escala com que operam esses grandes capitais impõem uma velocidade que tornam atrasados/indolentes e preguiçosos todos os que não são de seu tempo, de sua velocidade. Não se ignore que chamar alguém de atrasado ou adiantado só tem sentido se o colocamos previamente diante da mesma linha evolutiva, logo, não se admite o outro, a diferença. Por isso, a racionalidade gestorial invoca o interesse geral, o interesse nacional, e ignora as múltiplas territorialidades que fazem parte do mesmo estado territorial. O novo ordenamento territorial se mostra assim, ao mesmo tempo, como desordenamento territorial. A colonialidade se mostra condição necessária da modernização, da modernidade! A violência contra a natureza e os grupos/classes sociais em situação de subalternização se mostra aguda, como demonstram o aumento do número de conflitos e a devastação das condições materiais da vida, com a poluição das águas, a diminuição da piscosidade a jusante das barragens hidrelétricas, a poluição do ar, a erosão dos solos e a dilapidação do subsolo e, ainda, na vida precária nos alojamentos das construções, nas periferias urbanas, com a drogadição, a prostituição e outras formas degradadas da vida como a delinquência juvenil e a maternidade precoce.

O conflito contra o governo boliviano de Evo Morales, em 2009/2010, protagonizado pelo complexo da República da Soja, como se autodenominam as oligarquias latifundiárias moderno-coloniais aliadas do capital financeiro da Cargill, Monsanto e outras grandes corporações com sede nos EEUU e nos demais países centrais do capitalismo mundial e ainda a tecnoburocracia gestorial (como a Embrapa, no Brasil) chegaram ao cúmulo de propor a separação das Terras Baixas bolivianas, que chamaram de Media Luna (Santa Cruz de la Sierra, Beni, Pando e Tarija), encontraram a firme determinação da Unasul contra tal separação. Todavia, logo a seguir o governo brasileiro ofereceria financiamento para a construção de uma estrada que atravessaria a Terra Indígena do Parque Nacional (dos rios) Isiboro-Secure – TIPNIS – contra os povos indígenas que ali habitam ancestralmente e que tiveram um papel fundamental na conformação da

nova agenda teórico-política que veio a se implantar no país quando, em 1990, fizeram a Iª Grande Marcha pela Vida, pela Dignidade e pelo Território. Em 2010, essas mesmas forças organizaram a VIIIª Marcha, que reiterava as mesmas reivindicações da Marcha de 1990, e se transformaria na maior manifestação da história da Bolívia, com cerca de 500 mil pessoas em La Paz. E chama a atenção que o governo boliviano tenha chamado para si a responsabilidade de, enfim, realizar a integração nacional do país interligando todas as capitais departamentais olvidando que a Bolívia não é mais um estado nacional, mas sim plurinacional e, mais, comunitário, como reza na nova constituição do estado. Deste modo, não caberia mais falar de integração nacional, mas sim de integração plurinacional. O mesmo se pode notar no Equador, onde o governo da “Revolução Cidadã” de Rafael Correa, ratificara bem 2008 o papel estratégico do IAEN – Instituto de Altos Estudos Nacionais – sem sequer respeitar o fato da nova constituição do Estado também redefinir o Estado não mais como Estado nacional, mas sim como Estado Plurinacional.

#### A REPÚBLICA DA SOJA<sup>17</sup>



Diante da atual crise pode-se notar um novo consenso não mais de Washington, mas de Beijing, o “consenso das *commodities*” com bem chamou Maristela Svampa. A mesma infraestrutura física que serviria à ALCA vem servindo à integração ao novo centro geográfico do capital industrial na Ásia, sobretudo na China. Ou melhor, essa estrutura física foi ampliada ao porto de Mariel, em Cuba, ao novo canal que liga o Pacífico ao mar do Caribe,

<sup>17</sup> Em 2003 a transnacional Syngenta publicou no Clarín e La Nación, dois dos mais importantes jornais argentinos, um informe publicitário sob o título de República Unida da Soja. A imagem acima desse informe publicitário de caráter colonial foi obtida em <http://www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada> em 18-02-2014.

na Nicarágua, sob controle de capitais chineses, o que, sem dúvida, obrigou o governo estadunidense a rever sua política de bloqueio a Cuba e ensejou as condições para que o governo da Colômbia tomasse a iniciativa de propor um acordo de Paz à guerrilha para poder promover a exploração da bacia do Orenoco e da Amazônia. Na Venezuela, o Arco Mineiro do Orenoco proposto pelo governo bolivariano abre amplas áreas do país à expansão dos capitais de exploração de empresas mineradoras tradicionais acrescidos dos capitais chineses e russos e, assim, abrindo extensas áreas do país ao avanço dos capitais com toda a violência que costuma acompanhar esses processos como vêm assinalando os movimentos sociais. E, contra esses gestores nacionalistas que privilegiam as dinâmicas territoriais dos Estados e sua geopolítica que vêm dando suporte aos grandes grupos empresariais do *agribusiness* e da exploração mineral, gritam as territorialidades dos grupos/classes sociais em situação de subalternização que estão sinalizando que a violência que vêm sofrendo tem as marcas do latifúndio e do grande capital que caminham de mãos dadas, usando tecnologias de ponta que transformam as carnes de frango, de porco ou de gado ou os grãos de soja (pasta para o gado, óleo vegetal - biodiesel) e milho (também como alimento e como energia) ou a cana (alimento e energia - etanol) em produtos-flex industrializados. Nada do velho extrativismo e, sim, mais da modernização conservadora que nos governa há 500 anos! Afinal, já desde os inícios do século XVI, pelo menos no Brasil, Cuba e Santo Domingo (Haiti) que se planta cana em grandes latifúndios para exportarmos não a matéria prima, a cana, mas sim para exportarmos açúcar, produto industrializado em engenhos, tecnologia de ponta à época e que não havia paralelo de tal desenvolvimento na própria Europa. A modernidade tecnológica surge na moderna colônia. E, continua com sua moderno-colonialidade com a magnitude de transformação metabólica que o atual nível de desenvolvimento das forças produtivas proporciona, sobretudo depois que substituiu o Sol nosso com a fotossíntese de cada dia pelo Sol de ontem cuja fotossíntese está no fóssil do petróleo e do gás. Talvez já seja o caso de chamarmos de forças destrutivas pelo colapso metabólico que já começamos a ver os sinais com o aquecimento global. E como essa dinâmica metabólica está subordinada a uma acumulação de capitais que se quer sem limites, será a natureza e os

grupos/classes sociais com outros valores que haverão de apontar caminhos<sup>18</sup>.

Ouçamos, pois, o que nos dizem os povos em sua luta pela vida, pela dignidade e pelo território. Que estão nos oferecendo outro léxico teórico-político onde o estado não seja somente nacional, mas plurinacional; onde o estado reconheça que dentro de um mesmo território habitam múltiplas territorialidades; onde mais que luta pela terra, que se lute pela terra como território; não mais alternativa de desenvolvimento, mas alternativa ao desenvolvimento; onde a natureza seja portadora de direitos, como consagram as novas Cartas Magnas da Bolívia e do Equador.

A atual crise brasileira que, mais uma vez, se inscreve com suas particularidades, na crise latino-americana, talvez tenha, na atual quadra histórica, a virtude de nos mostrar o quanto nosso destino está ligado aos demais povos do continente, particularmente, da América do Sul, mas também do Caribe e da América Central. Mas há um grito que vem da América Profunda que há mais de 500 anos luta contra o colonialismo e a colonialidade que o atualiza e que nos convoca a ver que a luta contra o capitalismo implica também a luta contra a colonialidade que lhe é constitutiva. Afinal, a acumulação primitiva é a face violenta da acumulação civilizada que a põe e pressupõe.

## BIBLIOGRAFIA

**ABENSOUR**, Miguel 1998 A Democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano (Ed.UFMG, Belo Horizonte).

**ALIMONDA**, Hector (org.) (2002) Introducción: política, utopía y naturaleza. In Ecología Política – Naturaleza, sociedad y utopía, p. 7-14. Clacso, Buenos Aires.

**ALTVATER**, Elmar, 1994 O Preço da Riqueza. Edunesp, São Paulo.

**ANDERSON**, Perry 1984 Linhagens do Estado Absolutista. Afrontamento, Porto.

**ARENDT**, Hanna 1995 A Condição Humana. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

---

<sup>18</sup> E quando dizemos que o capital se quer *sem limites* é importante resgatar que *limite*, em grego *polis*, era o muro que separava a cidade do campo. Depois, passou-se a chamar *polis* ao que estava entre os muros, a cidade, onde se debatiam os limites, ou seja, se fazia política. Não olvidemos, pois, que limites é a essência da política, e haveremos que reinventá-la contra as oligarquias e tiranias.

- \_\_\_\_\_ 1971 Sobre a Revolução. Moraes Ed., Lisboa.
- ARRIGHI**, Giovanni, 1994 O Longo Século XX. Contraponto/Unesp, São Paulo.
- BERNARDO**, João, 1991 Economia dos Conflitos Sociais. Cortez ed., São Paulo.
- BORÓN**, Atilio Marxismo Hoje. Clacso, São Paulo/Buenos Aires.
- BORON**, Atilio 2002 Império – Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Clacso, Buenos Aires.
- CAYCEDO**, Jaime 2004 Impacto Regional del Conflicto Colombiano en América Latina. In **CECEÑA**, Ana Esther (org.) 2004a Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI, pp. 59-71. Clacso, Buenos Aires.
- CASTORIADIS**, Cornelius 1982 A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CECEÑA**, Ana Esther e **BARREDA** Andrés (coord.) 1995 Producción estratégica y hegemonía mundial. Siglo XXI, México.
- \_\_\_\_\_ (org.) 2002a A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial. Ed. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ 2001 La Territorialidad de la dominación. Estados Unidos y América Latina. Revista Chiapas no. 12, 7-30. UNAM/Ediciones Era, México.
- CLASTRES**, Pierre, 1982, Arqueologia da Violência – Ensaio de Antropologia Política, Brasiliense, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ 2003 A Sociedade contra o Estado – Pesquisas de Antropologia Política. Edição Cosac Naify, São Paulo.
- CUSICANQUI**, Silvia Rivera 1990 El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia”, en Temas Sociales No. 11, La Paz.
- DÁVALOS**, Pablo 2000 Ecuador: las transformaciones políticas del movimiento indígena ecuatoriano. In Boletín do ICCI, Nº 11, ano 2. Fevereiro de 2000.
- \_\_\_\_\_ 2004 El Discurso de la Modernidad: Poder y violencia en la Amazonia Ecuatoriana – Trabalho apresentado na Reunião do GT Ecologia Política de Clacso – outubro de 2004, São Paulo. Mimeo.
- DAVIS**, Mike 2006 Planeta Favela. Ed. Boitempo. São Paulo.
- DIEGUES**, Antonio Carlos 1996 O Mito Moderno da Natureza Intocada. Hucitec, São Paulo.
- DUSSEL**, Enrique 2000 Europa, Modernidad y eurocentrismo. In **LANDER**, Edgardo (org.) 2000 La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas. Clacso/Unesco, Buenos Aires.
- ESCOBAR**, Arturo 1996a, La Invención del Tercer Mundo – Construcción y Desconstrucción del Desarrollo. Norma ed., Santa Fé de Bogotá.
- FALS BORDA**, O. (Org.) 1998 Participación popular: retos del futuro. ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS, Bogotá.



- GARCIA LINERA**, Álvaro 2001 Multitud y Comunidad – La Insurgencia Social en Bolívia en Bolívia. IN Revista Chiapas n. 11, 7-16. UNAM/Ediciones Era, México.
- GARCIA LINERA**, Álvaro 2003 Democracia liberal vs. democracia comunitaria. In El Jugete Rabioso 79, de 11 a 24 de maio de 2003.
- GONZALEZ CASANOVA**, Pablo 2006 O Colonialismo Interno. In **BORÓN**, Atílio Marxismo Hoje. Clacso, São Paulo/Buenos Aires.
- GRAMSCI**, Antonio 1974 A Questão Meridional. Revista TEMAS. São Paulo.
- GUATARRI**, Felix 1982, Micropolítica - Cartografias do Desejo. Brasiliense, Rio de Janeiro.
- GUTIÉRREZ**, Guillermo 2004 Patagonia, una region sin realidad? <http://www.eldescamisado.org/pininueva2.htm>
- HAESBAERT**, Rogério 2004 O Mito da Desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- LAFONT**, Robert 1971 La Revolución Regionalista. Ed. Ariel. Barcelona, Espanha.
- LANDER**, Edgardo (org.) 2000 La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas. Clacso/Unesco, Buenos Aires.
- LEFF**, Enrique 1994, Ecología y Capital (México, Siglo XXI).
- \_\_\_\_\_ 2005 Racionalidad Ambiental – la reapropiación social de la naturaleza. Siglo XXI, México.
- LENIN**, V. I. 1947 O Imperialismo, estágio superior do capitalismo. Rio de Janeiro, Ed. Vitória.
- MACHADO** Araújo, Horacio. 2012 Naturaleza mineral. Una ecología política del colonialismo moderno. Tesis de doctorado, Universidad Nacional de Catamarca, Argentina.
- \_\_\_\_\_ 2013 Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial. Las paradojas de NuestrAmérica en las fronteras del extractivismo. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos rebela 3, n.º 1: 118-155.
- MARIÁTEGUI**, Jose Carlos 1996 *Sete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Empresa Editora Amauta S.A., Lima, Peru.
- MARINI**, Ruy Mauro e **MILLÁN**, Mária 2001 La Teoria Social Latinoamericana, 4 vol. México, Ed. El Caballito.
- MARX**, Karl 1978 O Capital – contribuição à crítica da economia política, Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MIGNOLO**, Walter 2003 Histórias Locais/Projetos Globais. Ed.UFMG, Belo Horizonte.
- MORENO**, Camila 2015 Made In China. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo.
- OSLANDER**, Ulrich. 2002. Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: Hacia una espacialidad de resistencia. In: Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. [www.ub.es/geocrit/menu.htm](http://www.ub.es/geocrit/menu.htm)

**PORTO-GONÇALVES**, Carlos Walter 2000, Para Além da Crítica aos Paradigmas em Crise: Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade (Caracas, Anais do III Encontro Iberoamericano de Educação Ambiental)

\_\_\_\_\_ 2001a, Geo-grafías. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad. Siglo XXI, México.

\_\_\_\_\_ 2001b, Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade, em Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade, Educ/Fapesp, São Paulo.

\_\_\_\_\_ 2002a Latifúndios Genéticos y existencia indígena, Revista Chiapas no. 14, 7-30. UNAM/Ediciones Era, México.

\_\_\_\_\_ 2002b Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. **CECEÑA**, Ana Ester (org.) 2002 A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial, pp. 359-391. Ed. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ 2004 Violência e democracia no campo brasileiro: o que nos dizem os dados da CPT. In Conflitos no campo – Brasil 2003. CPT, Goiânia.

**POULANTZAS**, Nicos (1977) 'O Estado em Crise', Ed. Graal, Rio de Janeiro.

**QUIJANO**, Anibal 2000 Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas – In LANDER, Edgardo (org.) Buenos Aires, Clacso/Unesco) Revista Chiapas no. 11, 07-16 (México, UNAM/Ediciones Era)

**RIBEIRO**, Darci 1986 América Latina: A Pátria Grande (Rio de Janeiro, Ed. Guanabara).

**SACK**, Robert David 1986 Human Territoriality: Its Theory and History. Cambridge University Press, Cambridge.

**SADER**, Eder, (1988) Quando Novos Personagens entram em Cena, Paz E Terra, Rio de Janeiro.

**SANTOS**, Boaventura de Sousa 2001 Nuestra América. Para reinventar un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución. In Revista Chiapas n. 11, 31-70. UNAM/Ediciones Era, México.

**SANTOS**, Boaventura de Sousa (Org.) 2003 Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

**SANTOS**, M., 1995 A Natureza do Espaço – técnica e tempo / razão e emoção. São Paulo, ed. Hucitec.

**SVAMPA**, M. 2008 Cambio de época. Movimientos sociales y poder político, Buenos Aires, Ed.

Siglo XXI.

\_\_\_\_\_ (2013), Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina, en revista Nueva Sociedad, 244, marzo-abril de 2013, ISSN: 0251-3552, www.nuso.org

\_\_\_\_\_ y A. Slipak 2015 China en América Latina: del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing". Revista Ensamblés, UNSAM-UNGS, Argentina.

**THOMPSON**, Edward, 1983 A Miséria da Teoria (Rio de Janeiro, Zahar ed.)

\_\_\_\_\_, 1998 Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional (São Paulo, Cia das Letras)

**WALSH**, C. 2002, Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico, In Boletín ICCI-RIMAI - Publicação mensal do Instituto Científico de Culturas Indígenas. Ano 4, No. 36, março de 2002.

**WALLERSTEIN**, Immanuel 1998 Impensar las ciencias sociales. Siglo XXI, México.

\_\_\_\_\_ 1998 El espacio-tiempo como base del conocimiento. In **FALS BORDA**, O. (Org.): Participación popular: retos del futuro. Bogotá, ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS, pp. 47-68.

**ZIBECHI**, Raúl 2014 – Brasil potência - Entre a integração regional e um novo imperialismo

Ed. Consequência, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ 2016 Territórios em Resistência – cartografia política das periferias latino-americanas. Ed. Consequência, Rio de Janeiro.